“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

Ata da 45ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no dia 09 de setembro de 2019. Aos nove dias do mês de setembro, do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, sito à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a maioria dos senhores vereadores, ausente o vereador Marco Rodrigo Redlich. Reuniu-se a Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a presidência do Vereador Peter Alexandre Kneubuehler e secretariada pelo Vereador Daguimar Nogueira. Havendo quórum legal, em nome de Deus foi aberta a sessão. Feita a leitura do artigo 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo vereador Jairson Sabino. **ATA:** Tendo em vista problemas técnicos, a discussão e votação da ata da 44ª reunião ordinária será na próxima sessão. **EXPEDIENTE:** Do expediente constou: Ofício 483/2019, encaminhando os Projetos de Lei 340/2019, 345/2019, 346/2019 e 347/2019, a seguir discriminados: Projeto de Lei 340/2019: Altera e acresce dispositivos no Anexo Único da Lei 3008, de 17 de maio de 2012, que aprova o novo Estatuto da FETEP, e dá outras providências; Projeto de Lei 345/2019: Autoriza a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa (FETEP) de São Bento do Sul a promover a concessão de uso de imóvel à Associação Empresarial de São Bento do Sul – ACISBS, e dá outras providências; Projeto de Lei 346/2019: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município; Projeto de Lei 347/2019: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município; Ofício 479/2019, Informando a promulgação de Leis; Moção 136/2019, do vereador Fernando Mallon; Moção 137/2019, do vereador Daguimar Nogueira; Indicações 1772/2019 a 1775/2019 do vereador Edimar Geraldo Salomon e Ofício 002, do vereador Marco Rodrigo Redlich, informando sua ausência nas sessões dos dias 09, 16 e 26 de setembro, por motivos de viagem ao exterior. **Correspondência Expedida:** Os ofícios expedidos constam da pauta, que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA:** Neste momento foi entregue a Moção de Aplausos a Escola Básica Municipal Aracy Hansen pelos 115 (cento e quinze) anos de atividades. A senhora Denise Hansen, filha da professora Aracy Hansen, usou a tribuna para falar sobre a história de sua mãe, Denise Hansen. Dentro da ordem do dia, o Senhor Presidente, encaminhou para as Comissões Técnicas os Projetos de Lei 340/2019, 345/2019, 346/2019 e 347/2019 do Executivo Municipal. Encaminhou para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final as Moções 136/2019 e 137/2019. Colocou em discussão única o Veto ao Projeto de Lei 099/2019. O vereador Nivaldo Bogo, autor do Projeto de Lei, disse que este se trata de denominação de via, localizada na Vila União. O Executivo justificou o veto alegando que há ilegalidade e não há interesse público. Disse para que entrem em contato com os moradores da referida rua e questionem o interesse deles em denominar a via, ter um CEP, receberem as correspondências. Falou que há duas vias no município com nomes similares, abrindo precedente para aprovação do Projeto de Lei. Explicou que o nome pretendido para a via é Rua Santa Madre Paulina e a rua já existe tem denominação de Madre Paulina. Disse que a via a ser denominada é em bairro distinto da rua com nome semelhante. Falou que há outras situações em que o Executivo necessita tomar medidas enérgicas. Expôs que após designação do

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

nome da via será doado um terreno com o intuito de edificar uma capela chamada Santa Madre Paulina. Solicitou aos demais vereadores apoio quanto a derrubada do veto. O vereador Jairson Sabino disse que não há justificativa plausível para o veto quanto ao nome pretendido para a via. Questionou de que forma o Executivo colheu os dados para saber que não há interesse dos residentes quanto a nomeação da rua. Citou as colocações do vereador Nilvaldo Bogo quanto a doação de um terreno para a construção de uma capela, vez que a maioria dos domiciliados à via são católicos. Alegou ser uma decisão estapafúrdia por parte da Prefeitura. Manifestou-se favorável à derrubada do veto. O vereador Edimar Geraldo Salomon disse ser absurda a justificativa da decisão pelo veto do Projeto de Lei, quando alegam não haver interesse público. Falou que a via terá um CEP diferente da rua com nome semelhante. Citou o caso em que apresentou um Projeto de Lei para denominação de rua. Obstante havia uma solicitação para denominação de outra via com o mesmo nome. Disse que à época optou-se por colocar o mesmo nome seguido de “I” “e II” para diferenciar as ruas, além de CEPs distintos. Expôs que foi à Florianópolis solicitar a implementação de CEP por rua no município de São Bento do Sul. Disse que não vê motivos para o veto. Falou que a Projeto é legal e há interesse público. O vereador Nivaldo Bogo requereu aparte. Disse que quando os imóveis foram comprados não tinham escrituras. Os residentes se mobilizaram e judicialmente conseguiram as escrituras dos imóveis, reservando parte dos terrenos para a rua. Falou que de nada adiantou os moradores terem legalizado as compras se não tem endereço. O vereador Edimar Geraldo Salomon se posicionou contrário ao veto do Executivo, pois os nomes são diferentes. Disse que o veto pode estar ligado ao ego de algum servidor. O vereador Maurício Maia se manifestou pela manutenção do veto em virtude da duplicidade de nomes. Sugeriu que se alterasse o nome da via Madre Paulina, localizada no bairro Progresso, e então se denominasse Rua Santa Madre Paulina, na Vila União. O vereador Claudiomar Wotroba citou a Lei 3368/2014, art. 3º, I: “O nome da pessoa homenageada não poderá estar atribuído à outra rua, praça, logradouro, ou bem público municipal”. Expôs que no ano de 2006 foi aprovado o Projeto de Lei que denominava uma via do bairro Progresso de Madre Paulina. Justificou o veto encaminhado pelo Executivo Municipal. Disse que essa duplicidade pode causar transtornos nas entregas de correspondências e mercadorias. Sugeriu que em vez de denominar a via de Santa Madre Paulina, que se utilize o nome de registro da Santa, qual seja Amabile Lucia Visintainer. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima disse que homônimos existem e as pessoas são diferenciadas pelos seus respectivos CPFs. Da mesma forma ocorre com o nome das ruas, sendo diferenciadas pelos seus CEPs. Expôs que os Correios não procuram pelo nome da rua, mas sim pelo CEP. Falou que o debate tomou uma proporção maior que a necessária. O Senhor Presidente disse que há situações que precisam ser discutidas. Disse que o veto do Prefeito trata da inconstitucionalidade do Projeto e da falta de interesse público. Falou que interesse público não se restringe a comunidade local, mas da coletividade. Alegou que ao denominar ruas com homônimos, ainda que os Correios se utilizem dos CEPs, podem ocorrer transtornos. Citou como exemplo os serviços de tele entrega que usam os nomes das ruas e não CEPs. Explicou que o veto

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

do Prefeito não é com o intuito de não denominar a rua, e sim que não pode ser denominada de Santa Madre Paulina em virtude do inciso I, art. 3º, da Lei 3368/14. Disse que o caso citado pelo vereador Edimar Geraldo Salomon se tratava de pessoas diferentes com o mesmo nome, e o caso do vereador Nivaldo Bogo se refere à mesma pessoa, conforme biografias anexadas em seus respectivos Projetos de Lei. Explicou que a lei determina que não se pode denominar mais de um local público com o nome de uma mesma pessoa e o fato da concessão de título de Santa não anula o fato de continuar se tratando da Madre Paulina. Afirmou que o debate não deve girar em torno do veto do Prefeito ou do título da Madre Paulina, mas sim da legalidade do processo. Disse que um prefixo não muda a biografia da pessoa. Falou que os vereadores não podem se colocar favoráveis a aprovação de um Projeto de Lei que infringe uma Lei municipal. Entende que poderia ser trocado o nome da rua já existe, mas também gerariam transtornos aos que lá residem ou instituíram comércio. Sugeriu que se denomine a rua com outro santo de devoção da comunidade. Frisou que o debate se refere a legalidade do processo. O vereador Fernando Mallon disse que o plenário da Câmara de Vereadores tem o nome de Plenário Luiz Carlos Contesini, no bairro Cruzeiro tem o Ginásio de Esportes Luiz Carlos Contesini, ambos denominados depois do ano de 2006. O Senhor Presidente requereu aparte. Disse que um erro não pode justificar outro. O vereador Edimar Geraldo Salomon requereu aparte e disse que há o Edifício Manoel Tavares e que há a rua Manoel Tavares, ambos locais públicos. Disse não entender o artigo 3º, da Lei 3386/2014. Ninguém mais querendo se manifestar, o Senhor Presidente informou que a votação é nominal e necessita de maioria absoluta, 6 (seis) votos, para derrubada do veto. Os vereadores Fernando Mallon, Nivaldo Bogo, Jairson Sabino, Jaime Pedro Ferreira de Lima, Daguimar Nogueira e Edimar Geraldo Salomon votaram contra o Veto do Executivo. Os vereadores Maurício Maia, Claudiomar Wotroba e o Senhor Presidente Peter Alexandre Kneubuehler votaram pela manutenção do veto. Tendo os votos contrários ao veto alcançado maioria absoluta, o Veto do Executivo ao Projeto de Lei 099/2019 foi derrubado. O Senhor Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei 336/2019. O vereador Fernando Mallon disse que o Projeto visa criação de função gratificada de Pregoeiro, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), para o IPRESBS. Disse que essa função já existe no SAMAE e na Prefeitura, onde se reúnem os processos licitatórios das fundações. Questionou se há a função de Pregoeiro na Câmara de Vereadores. O Senhor Presidente informou que há a função de Pregoeiro na Casa, mas não é gratificada. Disse que está em análise a propositura de um Projeto de Lei que institua gratificação ao Pregoeiro do Legislativo Municipal. O vereador Fernando Mallon, assim como em discussão anterior, afirmou que a função de Pregoeiro é de suma importância e acompanha uma responsabilidade muito grande. Explicou que a modalidade de pregão se diferencia das demais. Disse que nas demais modalidades do processo licitatório há uma banca que analisa as propostas e documentação vindas das empresas participantes. Já na modalidade pregão o Pregoeiro é responsável pelo processo e tem apenas uma equipe de apoio. Manifestou-se favorável ao Projeto de Lei e acha justo que o praticado no SAMAE e na Prefeitura se entenda ao IPRESBS. O vereador Edimar Geraldo Salomon se

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

manifestou favorável ao Projeto de Lei. Disse que é importante que o mesmo seja implementado na Câmara de Vereadores, observando os critérios legais. O Senhor Presidente disse que o Projeto de Lei que prevê a gratificação do Pregoeiro na Câmara de Vereadores está quase pronto. Explicou que se a função de Pregoeiro for ocupada por servidor que já receba alguma gratificação, esta será cessada e passará a receber a gratificação de Pregoeiro. Disse que em breve o Projeto de Lei será apresentado. O vereador Edimar Geraldo Salomon requereu aparte. Mais uma vez disse que as fundações não podem ter Pregoeiros, devendo seus processos de licitação serem realizados pela Prefeitura. O vereador Fernando Mallon disse que as fundações podem ter pregoeiro próprio, mas não convém com a atual estrutura. Explicou que os processos de compra da FMD e Fundação cultural são centralizadas na Prefeitura. Falou que a partir do momento que a Prefeitura decida descentralizar os processos de compra, a criação da função de Pregoeiro nas fundações será pertinente. O vereador Daguimar Nogueira concordou com as colocações do vereador Fernando Mallon. Disse que talvez a população desconheça o trabalho realizado pelo Pregoeiro. Falou que estes podem ser assediados pelas empresas concorrentes. Disse que as pessoas que atuam na função em São Bento do Sul são idôneas. Afirmou que o valor de gratificação pago é muito baixo comparado a responsabilidade que essas assumem. Agradeceu pelos profissionais que atuam no município. Ninguém mais querendo se manifestar, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei 336/2019, sendo aprovado por unanimidade. Colocou em discussão única as Emendas Modificativa 001 e Supressiva e Modificativa 001. O vereador Fernando Mallon, autor das emendas, disse que estas visam alterações no Projeto de Lei da LDO, exercício 2020. Falou sobre a Emenda Modificativa 001. Essa se refere ao aumento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no recurso destinado a bolsas de estudo para o ensino superior. Disse que esse montante será retirado de dotações orçamentárias da Câmara de Vereadores. Expôs que a retirada do referido valor não prejudicará a Casa. Explicou que fez esse aporte para compensar os anos em que não houve o reajuste de 10% (dez por cento). Informou que colocou os códigos das dotações orçamentárias que serão utilizadas, a fim de evitar uma possível inviabilização da emenda. Solicitou o apoio dos demais vereadores. Quanto a Emenda Supressiva 001, disse que o artigo 1º desta visa a retirada do inciso III, do parágrafo único, do artigo 16 do Projeto de Lei 338/2019. Falou que no inciso I, do artigo 16, do referido Projeto, determina-se que a transferência de recursos para entidade pública “dependerá de convênio autorizado por lei específica”. Contudo no inciso III, do parágrafo único, do artigo 16, prevê que para a AMUESC essa determinação não se aplica. Disse que essa exclusão não significa que não se deva destinar recursos para a associação, mas que o Executivo encaminhe para a Câmara de Vereadores Projeto de Lei específico, de acordo com a determinação do Tribunal de Contas. Lembrou que o Tribunal de Contas alterou o próprio pré julgado em virtude da consulta de alguns vereadores da Casa. Expôs que excluiu o inciso IV, do artigo 16, da Projeto de Lei 338/2019, o qual destina verba a FECAM sem necessidade de lei específica. Disse que o artigo 1º e 2º da emenda se destinam às exclusões dos incisos III e IV, o artigo 3º renumera os incisos que permaneceram e o

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

artigo 4º anula as dotações orçamentárias que seriam transferidas para AMUNESC e FECAM, totalizando o montante de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais). Explicou que o montante citado foi transferido para a rubrica “Outras transferências”. Frisou que não está inviabilizando o repasse, requer apenas que a Prefeitura encaminhe Projeto de Lei específico para a discussão sobre a destinação de valores às entidades. Ressalvou que há um erro material no artigo 6º, onde o valor correto é R\$ 435.050,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil e cinquenta reais). Disse que o erro pode ser corrigido pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Solicitou aprovação dos demais vereadores. Falou que o Prefeito agradecerá pela propositura da Emenda Supressiva e Modificativa 001, pois do contrário ele poderia ser responsabilizado pelo descumprimento do Tribunal de Contas. O vereador Nivaldo Bogo colocou-se favorável as duas emendas. Disse que se manifestaria especificamente quanto a Emenda Supressiva e Modificativa 001. Falou que muito se discutiu sobre as transferências de valores para a AMUNESC. Disse que a AMUNESC favoreceu outros municípios com melhorias e não incluiu São Bento do Sul. Corroborou a fala do vereador Fernando Mallon sobre uma futura aprovação de destinação de valores para a associação. Ponderou que em caso de aprovação do Projeto de Lei 338/2019, da forma que foi apresentado, pode ser que a AMUNESC permaneça excluindo São Bento do Sul das melhorias. Manifestou-se favorável mais uma vez. O vereador Edimar Geraldo Salomon disse que em sessão anterior já havia se posicionado favorável as emendas. Disse que, por solicitação do vereador Fernando Mallon, fizeram uma consulta ao Tribunal de Contas quanto à aprovação de repasses para instituições sem Projeto de Lei específico. Relatou que o Tribunal de Contas, em razão da consulta e forte embasamento apresentado, mudou o seu entendimento sobre transferências de valores pela LDO. Frisou que há necessidade de lei específica. Disse que a Emenda Supressiva e Modificativa 001 preserva o Prefeito, pois por certas irregularidades pode ser responsabilizado. Não concorda que o repasse para AMUNESC FECAM estejam “embutidos” na LDO. Falou que os Projetos de Lei devem acompanhar os entendimentos do Tribunal de Contas. Expôs que votou favorável ao repasse para a AMUNESC, mesmo achando que a associação não cumpre com o proposto. Falou que na associação não existe quem represente São Bento do Sul, não se engaja em projetos que envolvam melhorias na Serra Dona Francisca, não entregam o projeto do Plano Diretor. Disse que o valor que o município repassa para a AMUNESC é alto e esta não corresponde. O vereador Daguimar Nogueira falou que espera que o município migre para a AMPLANORTE. Manifestou-se favorável as emendas propostas. O Senhor Presidente se manifestou sobre a Emenda Supressiva e Modificativa 001. Falou que não concorda que seja necessário o envio de Lei Específica para repasse à AMUNESC e FECAM no ano de 2020. Disse que já existe uma Lei Específica sobre o assunto que é a Lei de autorização de ingresso nas entidades. Colocou-se favorável a emenda. Disse que a extinção da dotação na LDO não implica negativamente e que permitirá o debate quanto a permanência ou não na AMUNESC. Expôs que compartilha da ideia de que o município deveria migrar para a AMPLANORTE e fortalecer o Planalto Norte Catarinense, haja vista que o município é constantemente “deixado de lado”

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

pela AMUNESC. Sobre a Emenda Modificativa 001, que destina R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de dotações orçamentárias da Câmara de Vereadores para as bolsas de ensino superior, disse que a Casa pode destinar o recurso. Disse que dessa forma a Câmara incentiva a capacitação profissional dos jovens. Ninguém mais querendo se manifestar, colocou a Emenda Modificativa 001 e Emenda Supressiva e Modificativa 001 ao Projeto de Lei 338/2019 em votação, sendo ambas aprovadas por consenso. Colocou em segunda discussão o Projeto de Lei 338/2019. Ninguém querendo se manifestar, colocou em votação o referido Projeto, sendo este aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente encaminhou para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o Projeto de Lei 338/2019 para correções e inclusão dos textos da Emenda Modificativa 001 e da Emenda Supressiva e Modificativa 001. Colocou em segunda votação o Projeto de Lei 341/2019. O vereador Fernando Mallon disse que novamente será repassado o valor de R\$ 106.500,00 (cento e seis mil e quinhentos reais). Acha ser um valor baixo e por esse motivo fez a Emenda Modificativa 001. Falou que com a aprovação da emenda que destina o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o montante total repassado para bolsas de estudo no ensino superior aumenta quase 50% (cinquenta por cento) frente ao fixado originalmente. Ainda assim acha pouco, mas esse é o primeiro passo. Disse que esse repasse da Câmara de Vereadores para as bolsas de estudo traz novamente equilíbrio ao projeto. Relatou que o vereador Marco Rodrigo Redlich propôs Projeto de Lei quanto a isenções de IPTU para pessoas portadoras de câncer. No Projeto estava exposto que a criação de despesas ou renúncia de receita pode ser feita por vereador. Disse que é permitido que um vereador proponha Projeto de Lei aumentando despesas, exceto em algumas situações. Falou que pretende fazer uma Emenda a Lei Orgânica Municipal, incluindo artigo que destine determinada porcentagem para incentivo ao **ensino superior**. Expôs que modificações na Lei Orgânica do município são mais difíceis de acontecer, haja vista a necessidade de um quórum especial. Disse que ainda está estudando essa situação. Manifestou-se favorável ao Projeto de Lei. O vereador Edimar Geraldo Salomon requereu aparte, dizendo que em uma possível emenda à Lei Orgânica, sugeriu que a porcentagem se destine ao ensino superior e técnico. Falou da importância do ensino técnico. Falou que tem algumas ideias para modificações na Lei Orgânica Municipal. Disse que gostaria de contribuir. Ninguém mais querendo se manifestar, o Senhor Presidente colocou o Projeto de Lei 341/2019, sendo este aprovado de forma unânime. Colocou em segunda discussão o Projeto de Lei 342/2019. Ninguém querendo se manifestar, colocou em votação o referido Projeto de Lei, sendo este aprovado por unanimidade. Colocou em segunda discussão o Projeto de Lei 343/2019. Ninguém querendo se manifestar, colocou em votação o referido Projeto de Lei, sendo este aprovado por consenso. Colocou em segunda discussão o Projeto de Lei 344/2019. Ninguém querendo se manifestar, colocou em votação o referido Projeto de Lei, sendo este aprovado por unanimidade. **TRIBUNA POPULAR LIVRE:** Para uso da palavra esteve presente o Senhor Presidente da ACISBS, senhor Ismar Roberto Becker, que falou sobre a proposta de concessão de uso de parte do terreno da FETEP, bem como sobre a Medida Provisória MP 881. O vereador Fernando Mallon disse que o Termo de Concessão tem apenas o condão de

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

regularizar situação já existente e que as alterações estatutárias não apresentam problemas. Sobre o planejamento estratégico citou os objetivos manifestos: incrementar receitas, reduzir dependências de recursos públicos e/ou recebê-los por contrapartida de serviços. Questionou a situação financeira da FETEP, vez que recebiam informações das atividades desenvolvidas pela fundação e de repente descobre-se que a situação financeira não está como o esperado. Com relação a MP 881, expôs que na Câmara dos Deputados houve 331 (trezentas e trinta e uma) emendas à Medida Provisória, sendo aprovadas mais de 80 (oitenta), com intuito de aperfeiçoar a medida. Disse que não sabia como ocorrera no Senado, sendo lhe respondido que quase não houve mudanças. Questionou se o Projeto apresentado teve parceria da Prefeitura com a ACISBS. O Senhor Presidente Ismar respondeu que mais pessoas estiveram envolvidas no Projeto além da Prefeitura. Disse que o Projeto de Lei vem com o intuito de revogar algumas leis que estão desatualizadas e para que a MP 881 tenha plena eficácia no município. Afirmou que não há necessidade pela espera da aprovação da MP, para que o município possa se mobilizar e iniciar mudanças. Com relação a FETEP, disse que houve negligência na parte financeira da fundação. Explicou que não ocorreram desvios ou má conduta, mas falta de foco. Relatou que a ACISBS interveio quando a sociedade estava em solvência, sendo necessário reduzir 60% (sessenta por cento) do quadro de funcionários. Expôs que após as mudanças, a FETEP conseguiu convênios fora da Prefeitura. Falou que de forma gradativa a receita aumentará, prestando serviços próprios e para a Prefeitura. O vereador Edimar Geraldo Salomon disse que a comunidade pôde sentir as alterações feitas nas entidades em que a ACISBS atua. Disse que concorda quando o Presidente disse não haver a necessidade de espera pela votação da MP 881, pois o município pode criar leis. Falou que ainda que a Medida Provisória não seja aprovada, o município pode implementar essas medidas, facilitando a abertura de novas empresas na cidade. Parabenizou e agradeceu a postura que o senhor Ismar está tomando frente a ACISBS. O senhor Ismar disse que os trabalhos são realizados por uma equipe de profissionais de qualidade, sendo os associados, diretores e núcleos. Expôs que o papel da ACISBS é de ser “facilitadora”. Falou que há divergências de ideias do Poder Público e a iniciativa privada, mas podem se unir para procurar soluções. Levantou a situação do Hospital e Maternidade Sagrada Família. Quando questionado sobre o vínculo que há entre a ACISBS e o HMSF, respondeu que caso o único hospital da cidade venha a fechar ou deixar de ser de caridade afeta diretamente seus associados e funcionários, além de tal atitude cumprir com o artigo 2º do Estatuto da Associação. O vereador Dagumar Nogueira parabenizou o Presidente da associação pelos esclarecimentos prestados. Disse que em São Bento do Sul há o CEDUP e o IFC, sejam esses prestadores de profissionalização para os jovens. Solicitou que a ACISBS possa conversar com a equipe diretora das instituições de ensino para viabilizar a colocação dessa mão de obra qualificada no mercado de trabalho, possivelmente envolvendo outros municípios da região. Questionou quando haverá a troca da diretoria da HMSF. O senhor Ismar disse que o sistema educacional, a nível nacional, é precário. Falou que a associação pretende facilitar a criação de empresas que empreguem os alunos das entidades do município que tenham

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

formação técnica. Quanto ao HMSF, disse que há equilíbrio financeiro, que 74% dos seus pacientes são do SUS. Relatou que em 2018 teve um superávit de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Informou que as irmãs da Divina Providência já haviam vendido o HMSF para um hospital de Lages, vez que o hospital do município é uma filial, posteriormente revenderia o hospital de São Bento do Sul pelo valor que lhes conviesse. Após a iniciativa de médicos, empresário e demais voluntários, conseguiram fazer com que a referida negociação não prosperasse. Falou que o valor de venda do hospital é de, aproximadamente, R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). Expôs não ser um valor alto frente ao imóvel, mas há outras situações pendentes que dispendem de valores para serem solucionadas. Disse que o hospital de Lages responde uma ação judicial trabalhista, a qual atinge um valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), e em virtude do HMSF ser uma filial poderá haver responsabilização. Falou que não há investidores, mas doadores, a fim de manter o caráter filantrópico. Disse que se o HMSF fosse vendido para uma rede hospitalar, provavelmente não haveriam mais atendimentos pelo SUS e o comprador faria convênios com as empresas, tornando-se extremamente oneroso para essas. Relatou que a ACISBS não agiu na situação por altruísmo, mas para cuidar das empresas e conseqüentemente de seus funcionários. Falou que os processos que envolvem a Divina Providência são mediante Assembleia, por votação. Disse que o processo está em andamento e aguarda a decisão. Falou que vai à Jaraguá do Sul para se espelhar em um sistema que rendeu bons frutos. O vereador Maurício Maia parabenizou as atitudes da ACISBS. Questionou sobre a viabilidade de um Parque Industrial no município. O senhor Ismar disse ser pouco viável, haja vista a característica geográfica ser de terreno extremamente acidentado. Falou que o modelo de “Parque Industrial” não condiz com a realidade do município, pois a economia passa por pequenas empresas, que empregam menos pessoas, que ocupam menos espaço e pagam um salário melhor. O vereador questionou sobre a revitalização e melhorias na Serra Dona Francisca por parte do Governo. O senhor Ismar disse que o Estado não tem recursos para a revitalização, vendo apenas como solução investimentos da iniciativa privada. O vereador Jaime Pedro Ferreira de Lima parabenizou pela facilitação da abertura de empresas. Sugeriu a diminuição da carga tributária sobre as empresas. Disse que precisava de alguém para tomar a frente quanto ao HMSF. Questionou se a Prefeitura e o SUS podem requerer o uso do hospital. Disse que as partes interessadas ao dialogarem podem entrar em um acordo. O senhor Ismar acredita que a Prefeitura não possa declarar o hospital de utilidade pública ou requerer o imóvel novamente. Disse que o fato de haver um único hospital na cidade é que gerou o conflito e fez com que a ACISBS intervisse. Falou que outros municípios implantaram o sistema de funcionamento que agrega o Poder Público, médicos e iniciativa privada e que esse seria o melhor modelo a ser utilizado. Expôs que seria necessário ter um superávit de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para manutenção e melhorias. Alegou que há formas de conseguir esses valores. Disse que se aumentar a complexidade da maternidade e oncologia o SUS paga mais. Falou que se deve focar no bem comum. Disse que a situação está em andamento. O

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

vereador falou sobre a fomentação de empregos frente as instituições de ensino. Questionou de que forma a ACISBS pode facilitar a abertura de empresas que utilizem essa mão de obra. O senhor Ismar disse que pouco pode fazer, mas pode utilizar de influências para auxiliar na situação. Falou que o modelo de mercado está mudando e o modelo de economia que se mantém apenas com grandes empresas não é sustentável. O vereador Jairson Sabino agradeceu pelos esclarecimentos e parabenizou pelas mobilizações da ACISBS. Falou sobre a situação da PROMOSUL. Disse que há uma ótima estrutura, mas pouco utilizada. Questionou como a ACISBS enxerga a situação. O senhor Ismar disse que na FETEP a ACISBS tem membros no Conselho ou Diretores. Falou que a associação se mobilizou na Fundação porque se assim não fizessem seriam responsabilizados. Disse que na PROMOSUL a situação é diferente, pois os representantes são indicados pelas entidades. Falou que é necessário um choque de gestão, vez que a situação financeira é caótica. Expôs que a ACISBS está disposta a ajudar, mas necessita do consentimento das entidades envolvidas com a fundação. Alegou que é preciso que as entidades encontrem uma solução, do contrário o Ministério Público o fará. Falou que com a extinção da PROMOSUL o patrimônio não retorna para o município, mas sim para outra fundação, preferencialmente catarinense, com interesses similares. O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença e explicações. O vereador Edimar Geraldo Salomon deixou registradas suas condolências aos familiares e amigos do senhor Alcides Antonio Model. Não havendo mais nada a se tratar, o Senhor Presidente Peter Alexandre Kneubuehler agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia dezesseis de setembro de 2019, às dezenove horas e encerrou esta, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 09 de setembro de 2019.

“Doe órgãos, doe sangue, salve vidas”

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Presidente

EDIMAR GERALDO SALOMON
Vice-Presidente

MARCO RODRIGO REDLICH
Primeiro Secretário

DAGUIMAR NOGUEIRA
Segundo Secretário

MAURÍCIO MAIA

CLAUDIOMAR WOTROBA

FERNANDO MALLON

JAIME PEDRO FERREIRA DE LIMA

JAIRSON SABINO

NIVALDO BOGO